



Transição agroecológica comunitária na Rede de Ecovilas da Cafuringa, no Distrito Federal

Community agroecological transition in the Cafuringa Ecovillages Network, in Brasília, Federal District, Brazil.

SOOMA, Jefferson¹; NOBRE JR, Antonio de Almeida²; GUITTON, Tibério Leonardo³.

¹Rede Ecovilas da Cafuringa, jefferson@amainar.com.br; ²Universidade de Brasília, nobrejr@unb.br;

³Universidade de Brasília, guilton@unb.br.

Eixo Temático: Construção do Conhecimento Agroecológico e Dinâmicas Comunitárias

Resumo: O presente relato é decorrência de atividades teórico-práticas realizadas no âmbito da disciplina Tópicos Avançados em Gestão do Agronegócio, da Faculdade de Planaltina da Universidade de Brasília (FUP/UnB), com a finalidade de verificar as condições de estabelecimento da Rede de Ecovilas da Cafuringa, no Distrito Federal, refletir sobre suas características socioeconômicas e ambientais, a realização de pressupostos da transição agroecológica e do desenvolvimento sustentável, bem como sobre as lacunas do conhecimento acadêmico acerca das comunidades intencionais e as perspectivas de atuação profissional dos egressos neste campo. Conclui-se que a Rede de Ecovilas da Cafuringa enquadra-se no campo agroecológico e pela oportunidade e pertinência de atuação acadêmica, em termos de ensino, pesquisa e extensão, relativamente às comunidades intencionais em áreas de proteção ambiental. Futuros estudos podem ter foco especial nos aspectos de governança e sustentabilidade econômica.

Palavras-chave: Comunidades intencionais; Restauração socioambiental; Área de proteção ambiental; Ensino, pesquisa e extensão.

Keywords: Intentional communities; Social and environmental restoration; Environmental protection area; Teaching, research and extension.

Contexto

A Experiência Técnica foi desenvolvida, de março à maio de 2019, no âmbito da disciplina Tópicos Avançados do Curso de Gestão do Agronegócio da Faculdade de Planaltina da Universidade de Brasília (FUP/UnB) e realizada em parceria com a Rede de Ecovilas da Cafuringa, Distrito Federal (DF).

A Rede é composta por doze comunidades intencionais: (i) Aldeia Cafuringa, (ii) Estrela Guia, (iii) Flor das Águas, (iv) Flor da Terra, (v) Grande Mãe, (vi) Monte Sião, (vii) Santuário Cafuringa, (viii) Sítio Aritana, (ix) Sítio Gratidão, (x) Sítio Jatobá, (xi) Terra Próspera e (xii) Terra Sublime, abarcando 100 famílias, ocupando cerca de 500 hectares na Área de Proteção Ambiental da Cafuringa, com 46.510 hectares, criada pelo Decreto Distrital nº 11.123/1988. Credita-se ao nome “Cafuringa” a terras de relevo acidentado, baixa fertilidade e pouco valor econômico.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



A experiência técnica teve por finalidade relatar a evolução, dinâmica e desafios da Rede, objetivando: a) discutir, com os acadêmicos, as perspectivas pessoais e profissionais que as ecovilas podem representar face a crise socioambiental global; b) proporcionar interação do acadêmico com a realidade das comunidades em transição agroecológica; c) propiciar a troca de saberes entre as comunidades das ecovilas e a acadêmica; d) construir conhecimentos que contribuam com as comunidades, por via das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Assim, considerou-se estabelecer relacionamento mais estreito com a Rede, por via da atuação de membros da comunidade na qualidade de professores voluntários, participação de estudantes em atividades de bioconstrução e permacultura; e a oferta de disciplina em Agroecologia, projetos de extensão para assessoramento jurídico e ambiental, além de sistematização de experiências da Rede de Ecovilas da Cafuringa.

Descrição da Experiência

As atividades desenvolvidas para conhecimento da evolução, dinâmica e desafios da Rede de Ecovilas da Cafuringa foram exposições teóricas, palestras, visitas de campo, oficinas e seminários, protagonizados principalmente por membros da Rede.

A experiência técnica junto a Rede justificou-se pelas seguintes razões: a) vir o movimento de ecovilas ganhando visibilidade no Brasil (PERISSÉ & LOSCHI, 2019) e tornando-se objeto de pesquisa (FLORES & TREVIZAN, 2018); b) o cenário de crise civilizacional e mudança climática (ODUM & ODUM, 2017); c) apelo por medidas de transição agroecológica, englobando recomendações de transformação radical das relações de produção e consumo (CAPORAL, 2009); d) serem poucas as relações estabelecidas pela literatura entre a crise socioambiental global e o movimento de ecovilas, como prática de sustentabilidade e transição agroecológica (LITFIN, 2014).

Assim, procurou-se refletir sobre a experiência da Rede de Ecovilas da Cafuringa em termos de alternativas de projetos de desenvolvimento comunitário autônomo e de práticas de transição agroecológica.

Em 2009, a Rede teve início com a criação da Ecovila Grande Mãe, como resultado do estabelecimento e ativismo do casal Fabiana e Jefferson Sooma, adquirentes associados do território da Ecovila Grande Mãe, com a finalidade de praticar um modo de vida típico de comunidade em transição agroecológica (LATOUCHE, 2009); pautado em intervenções habitacionais e produtivas ecológicas, economia solidária e restauração ambiental.

A Rede assume a missão de conciliação do desenvolvimento das atividades humanas com a preservação dos recursos naturais, resgate e valorização das tradições culturais

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



da região e recuperação das áreas degradadas. Foram identificadas as seguintes metas comunitárias: (i) promover a produção rural local baseada em princípios agroecológicos, integração de produtores associados à sistemática de comercialização e economia solidária; (ii) promover estratégias de venda direta dos produtos aos consumidores e aquisição cooperativa de insumos produtivos; (iii) ampliar, a partir da Rede de comunidades, a proteção das nascentes e belezas naturais, mediante fortalecimento da organização social e econômica.

Várias são as experiências inovadoras acumuladas podem ser compartilhadas pela Rede, a saber:

a) O associado, ao aderir à comunidade, integra-se a um projeto de transição agroecológica;

b) A obtenção do território se dá por meio da negociação da gleba com o proprietário, sem pagamento imediato pela transferência patrimonial do imóvel. Utiliza-se, para tanto, o termo de parceria, de modo que o antigo proprietário mantém-se na gleba sob a condição de parceiro e detentor de frações negociáveis e a quem se vai repassando os recursos na medida de seu aporte gradativo com a negociação das frações (cotas); neste ínterim, o proprietário/parceiro assume compromisso de observar as regras gerais de funcionamento da comunidade – especialmente no que tange às questões ecológicas.

c) Plano de Uso da Terra – a ocupação da gleba considera o *design* permacultural e o Regimento Interno. Cada integrante adquire uma cota ideal de adesão à comunidade, correspondendo à cerca de 2 hectares, subtraindo-se as áreas legalmente protegidas, e para cada participante é destinada uma área para moradia, em média de 1.900 m², para usufruto familiar privado. A propriedade privada é em si a terra inteira. A gleba permanece em condomínio, de tal forma que não haja parcelamento ou desmembramento. A cota abarca os custos de aquisição da terra, constituição e manutenção da comunidade (benfeitorias, infraestrutura de luz, água, estradas, aceiros), estudos (georreferenciamento), custos jurídicos (taxas cartoriais e consultorias).

d) Os problemas vinculados ao relacionamento humano são relevantes, constituindo um desafio presente na Rede; entretanto, observou-se que o estabelecimento prévio de regras mínimas de convivência e gestão é essencial na redução de conflitos.

e) O *design* permacultural é condição estatutária, as atividades de uso da terra, moradia, produção e melhoramento ecológico dos territórios das ecovilas realizam-se com bases nos princípios agroecológicos (utiliza-se o clássico manual de Bill Mollison, 1988).



f) O usufruto da terra para fins de produção rural e comunitários está sob compromissos de preservação e regeneração de áreas degradadas anteriormente ao estabelecimento das comunidades, para tanto, adotando-se práticas agroecológicas e tecnologias sociais, como os sistemas agroflorestais, fossa verde e círculo de bananeiras etc.;

g) Parte significativa dos membros das comunidades desenvolve atividades tipicamente urbanas, são servidores públicos e profissionais liberais, que estão vinculados à atividades e moradia externas. Outros estão construindo suas residências e em mudança, portanto numa fase inicial de transição. Alguns participantes estão integralmente estabelecidos, habitam a ecovila em caráter definitivo e desenvolvem atividades agrícolas, dentre outras.

h) A Rede de Ecovilas da Cafuringa possui uma página/site (cafuringa.com.br/), a partir do qual é possível a compra *online* de hortaliças, frutas, açaí orgânico, tapioca, mel, queijo artesanal, galinha e ovos caipira, argila preta para uso cosmético/medicinal, ervas medicinais, *cookies* integrais, biomassa de banana, adubo orgânico etc.; constituindo vínculos entre cidadãos e produtores cujo território precisa ser valorizado e preservado. A plataforma de comercialização amplia a relação comunitária também com outros agricultores da APA da Cafuringa (tradicionais, assentados da reforma agrária, agricultores orgânicos, extrativistas, agropastoris familiares).

Resultados

A Rede de Ecovilas da Cafuringa pode ser conceituada como um conjunto de comunidades alternativas (TAVARES, 1985), contribuindo com esforços práticos e teóricos para a transição agroecológica (CAPORAL, 2008) em decrescimento sereno (LATOUCHE, 2009), sendo as comunidades intencionais um território a ser melhor descortinado na perspectiva das pedagogias de Paulo Freire (FREIRE, 2006, 2014).

A experiência empírica da Rede mostrou que o estabelecimento de comunidades intencionais constitui-se em tecnologia social, produtiva e ecológica com efetiva contribuição à construção do conhecimento agroecológico, na medida em que as ecovilas assumem comprometerimentos, princípios e práticas sustentáveis.

A Rede apresentou-se como importante polo de irradiação da educação ambiental, de ensinamentos práticos que se disponibilizam à reflexão socioambiental e à comprovação dos princípios agroecológicos aplicados às comunidades alternativas, com certo caráter universal, respeitada sua reprodução à adaptação à cultura local.

A modalidade e o processo de transição agroecológica de um território, passando este de uma propriedade rural de típica exploração agropecuária convencional para um projeto comunitário de preservação e restauração ambiental, produção rural voltado à



autossuficiência, manejo agroecológico, conservação dos recursos hídricos e de economia solidária é, em si, uma experiência compartilhável de maior relevância.

O relato da experiência técnica da Rede foi útil para se constatar que as comunidades intencionais podem contribuir efetivamente para a transição agroecológica em face da crise socioambiental global.

Finalmente, a Rede de Ecovilas da Cafuringa constituiu-se de modalidade de organização social, política e econômica de nível comunitário que caracteriza-se por: a) experiências dotadas de aguda percepção dos problemas socioambientais da atualidade e que elas se estabelecem sem apoio estatal e à margem de política pública; b) exemplo de associativismo e cooperativismo voltado à melhoria da qualidade de vida, conservação do meio ambiente, revalorização do espaço rural, busca de segurança e soberania alimentar; c) uma lacuna do conhecimento técnico-científico relativamente a apontar as ecovilas como comunidades alternativas à crise civilizatória da contemporaneidade; d) espaço privilegiado de ensino, pesquisa e extensão com as comunidades; e, e) novo campo de atuação profissional.

Futuros estudos podem, assim, ter na Rede de Ecovilas da Cafuringa relevante objeto de pesquisa e extensão; com foco especial nos aspectos de governança e sustentabilidade econômica.

Referências bibliográficas

CAPORAL, Francisco Roberto. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. Brasília: Caporal, 2008. 35 p.

FLORES, Bárbara Nascimento; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Ecovila como alternativa de organização socioambiental sustentável: uma avaliação de Piracanga, Bahia. **Sociedade & Natureza**, v. 29, n. 3, p. 455-467, 12 Apr. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da solidariedade**. São Paulo: Paz e Terra. 2014.

LATOUICHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

LITFIN, Karen T. **Ecovillages: lessons for sustainable community**. Malden-MA, USA: Polity Press, 2014.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



MOLLISON, Bill. **Permaculture: a designer's manual**. Australia: Tagari, 1988.

ODUM, Howard; ODUM, Elisabeth. **O declínio próspero**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

PERISSÉ, Camille; LOSCHI, Marília. Ecovilas sinalizam novas possibilidades de convivência. **Revista Retratos**, n. 15, 01/2019. Rio de Janeiro: IBGE. 2019, p. 14-21.

TAVARES, Carlos A. P. **O que são comunidades alternativas**. Coleção primeiros passos; 58. São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1985.